



Agenda Ambiental Institucional Porto de Fortaleza

2025-2027

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....	5
2.1 Identificação do gestor.....	5
2.2 Identificação do empreendimento.....	5
2.3 História da Companhia Docas do Ceará.....	8
3 MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	10
4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	11
4.1 COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	11
4.2 POLÍTICA AMBIENTAL.....	12
4.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	12
6 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL SGA.....	16
6.1 Estrutura organizacional.....	16
7 LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	18
8 ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL IDA.....	18
9 ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS.....	19



APRESENTAÇÃO

A Companhia Docas do Ceará, como autoridade responsável pela gestão e operação do Porto de Fortaleza, reafirma por meio deste documento seu compromisso com a sustentabilidade ambiental, a promoção da saúde e segurança no trabalho e a melhoria contínua de seus processos. Apresentamos, assim, a Agenda Ambiental Institucional da CDC para os anos 2025-2027, instrumento orientador das ações socioambientais da Companhia.

Mais do que uma exigência regulatória, a Agenda Ambiental Institucional representa um marco de governança ambiental, integrando políticas, diretrizes e programas voltados à prevenção de impactos, uso racional de recursos naturais, conformidade legal e fortalecimento da cultura organizacional voltada à responsabilidade socioambiental.

A versão 2025 da Agenda foi elaborada de forma integrada com os instrumentos de planejamento estratégico e o Sistema de Gestão Ambiental da CDC, com base em premissas como eficiência operacional, transparência institucional e alinhamento às metas do Índice de Desempenho Ambiental (IDA), promovido pela ANTAQ.

Adicionalmente, a CDC mantém adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) — programa do Ministério do Meio Ambiente que incentiva órgãos públicos a adotarem práticas sustentáveis no seu cotidiano. Essa integração reforça o papel da Companhia como agente promotor de boas práticas ambientais no setor portuário brasileiro, ampliando o impacto positivo de suas ações na esfera pública e contribuindo para a consolidação de um modelo de desenvolvimento portuário mais equilibrado e resiliente.

Ao tornar públicos seus compromissos e estratégias ambientais, a CDC busca fortalecer a confiança de seus públicos de interesse, internalizar valores sustentáveis na sua operação e contribuir para um futuro mais responsável, eficiente e ambientalmente justo.

1. INTRODUÇÃO

Os portos desempenham um papel estratégico para a economia global, atuando como pontos fundamentais de conexão para o comércio exterior, geração de empregos, fortalecimento da logística e promoção da integração regional. No entanto, o crescimento da atividade portuária traz consigo desafios ambientais relevantes, exigindo atenção contínua das autoridades gestoras.

Diante desse cenário, cresce a pressão social e institucional por práticas sustentáveis no setor portuário. As autoridades portuárias são chamadas a desenvolver e implementar medidas integradas de gestão ambiental, incluindo planos de gerenciamento, ações de monitoramento, sistemas de controle de riscos, educação ambiental e mecanismos de compensação ambiental.

No Brasil, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) estabelece diretrizes que exigem das administrações portuárias a elaboração e a divulgação da Agenda Ambiental Institucional – um instrumento de planejamento que sistematiza metas, compromissos e ações voltadas à sustentabilidade das operações portuárias. Esse documento deve estar alinhado aos princípios do desenvolvimento sustentável e ser de conhecimento público.

A Companhia Docas do Ceará (CDC), comprometida com a sustentabilidade de suas operações no Porto de Fortaleza, elaborou sua Agenda Ambiental Institucional, alinhada às particularidades regionais e aos desafios específicos da atividade portuária local. Entre as iniciativas implementadas, destacam-se o monitoramento ambiental contínuo, os programas de educação ambiental, a gestão adequada de resíduos e o fortalecimento da cultura organizacional voltada à responsabilidade socioambiental.

A Agenda Ambiental também se articula com a Agenda Ambiental Local, a qual reflete as estruturas operacionais, as características ambientais e os fatores diretos e indiretos que influenciam a política ambiental da Companhia. Essa integração fortalece a capacidade da CDC de planejar, executar e aprimorar ações ambientais que contribuam para a preservação dos ecossistemas costeiros e para a promoção de um modelo de desenvolvimento portuário mais sustentável e resiliente.

Nesse contexto, é fundamental que os portos brasileiros continuem a investir em tecnologias, inovação e boas práticas de gestão ambiental. A prevenção de acidentes, o monitoramento sistemático dos impactos e a educação ambiental são pilares essenciais para garantir a sustentabilidade do setor portuário e a conservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

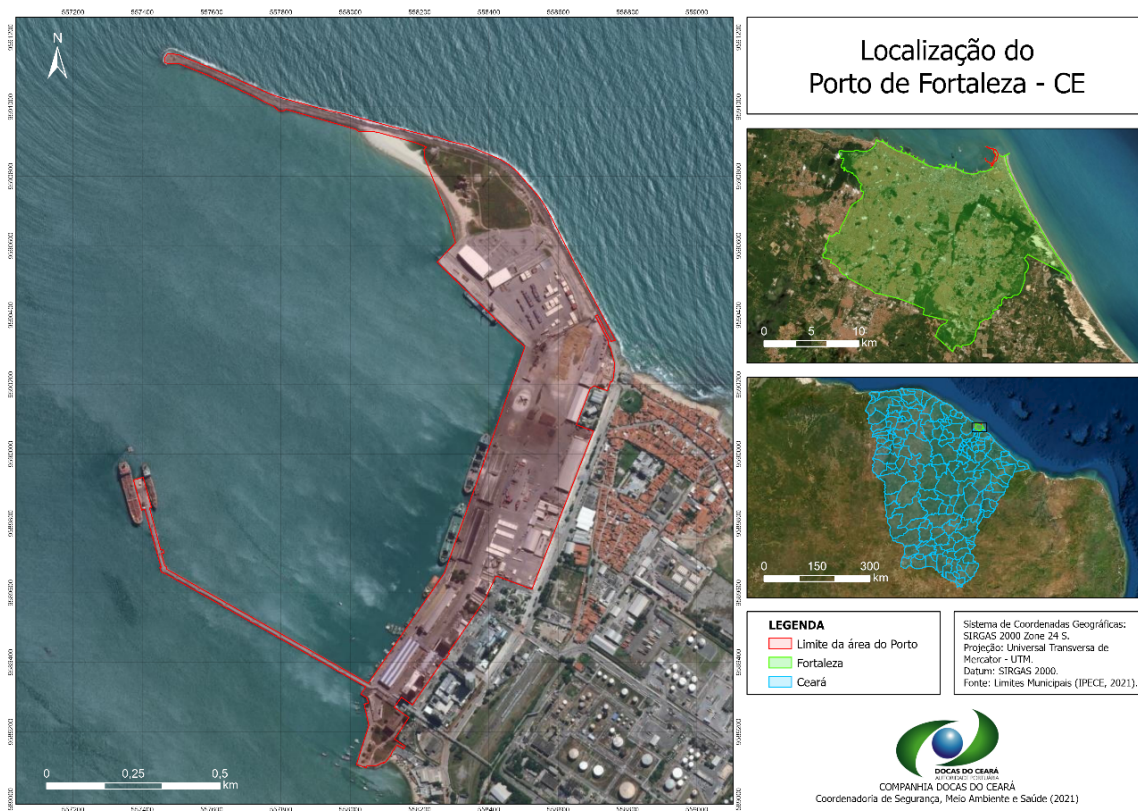
2.1 Identificação do gestor

Endereço: Praça Amigos da Marinha, s/n
Fone: 0XX85-32668902
CEP: 60.182-640
CGC. 07.223.670/0001-16
Contato: Lúcio Ferreira Gomes

2.2 Identificação do empreendimento

O Porto de Fortaleza, situado na Enseada de Mucuripe, é administrado pela Companhia Docas do Ceará (CDC), empresa pública vinculada ao Ministério da Infraestrutura. A CDC tem como missão desenvolver e administrar o porto, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes, e atuando como indutor do comércio e do desenvolvimento econômico regional, sempre com responsabilidade socioambiental.

Figura 1: Localização do Porto de Fortaleza.



Fonte: CODSMS, 2021.

Quadro 1: Coordenadas do Porto de Fortaleza

Coordenadas Geográficas	Sistema UTM
Latitude: 03° 42,63' S	N: 9 589.908,974 m
Longitude: 38° 28,50' W	E: 558.483,851 m

Fonte: NPCP – 2013 – Referência ao Datum WGS 84.

A área do Porto Organizado de Fortaleza está definida na Portaria do Ministério da Infraestrutura nº 512, de 5 de junho de 2019, que delimita 724 vértices distribuídos em quatorze anexos, abrangendo uma extensão total de aproximadamente 474.341,35 m² em área terrestre e 8.755.233,46 m² em área marítima.

A área terrestre do porto pode ser dividida em duas partes:

- A Área Principal, que inclui as instalações contíguas ao cais, abrangendo desde o cais pesqueiro ao sul até a Praia Mansa ao norte;
- E uma segunda área ao sul, onde operam o parque ferroviário de triagem do Mucuripe e outras atividades não operacionais.

Já a área marítima compreende os elementos do acesso aquaviário, incluindo o canal de acesso, bacias de evolução e fundeadouros.

O Porto de Fortaleza conta com infraestrutura completa para movimentação de diversos tipos de carga, incluindo cais, armazéns, pátios e um píer petroleiro, destinados a grãos sólidos vegetais e minerais, carga geral solta, contêineres e grãos líquidos. Também possui um Terminal de Passageiros que atende a demanda turística da região. Em 2024, o porto movimentou cerca de 4,8 milhões de toneladas, registrando um crescimento de 9,13% em relação ao ano anterior.

Dentro desse complexo portuário, o Porto de Mucuripe destaca-se como uma das principais instalações, localizado na enseada do Mucuripe, no município de Fortaleza. O porto ocupa uma área total de aproximadamente 261.497 m² e abriga estruturas variadas, como cinco armazéns e pátios para contêineres, 42 tanques com capacidade para 123.000 toneladas de combustível destinados à atividade petroleira, além de um cais pesqueiro para embarcações de pequeno e médio porte.

O Porto de Mucuripe implantou um Terminal Marítimo de Passageiros, equipado com um cais multiuso de 350 metros, para atender cruzeiros marítimos e eventos turísticos. A região passou por significativas transformações ambientais, como a formação da Praia Mansa, resultado da ação do molhe “Titanzinho”, que modificou a dinâmica sedimentar local.

Essa infraestrutura integrada, composta pelo Porto Organizado de Fortaleza e suas unidades, tem papel fundamental na economia regional e nacional, suportando a logística e o comércio exterior da região Nordeste do Brasil, em uma localização estratégica

próxima a importantes mercados globais, como Europa, América do Norte e Canal do Panamá.

Figura 2: Molhe de retenção de areia “Titanzinho” no bairro Serviluz e Praia Mansa.



Fonte: Companhia Docas do Ceará.

Figura 3: Terminal Marítimo de Passageiros.



Fonte: Companhia Docas do Ceará.

2.3 História da Companhia Docas do Ceará

Em 20 de dezembro de 1933, por meio do Decreto nº 23.606, foi concedida ao Governo do Estado do Ceará a responsabilidade pela construção, aparelhamento e exploração do Porto de Fortaleza, com prazo inicial de concessão de 60 anos.

Posteriormente, em 25 de março de 1965, o Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis (CNPVN), por meio da Resolução nº 182.1, instituiu a Companhia Docas do Ceará (CDC) como sociedade de economia mista, conforme previsto na Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, tendo como objetivo a exploração comercial dos portos do Estado do Ceará. Essa resolução foi homologada pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, por meio da Portaria nº 178, em 30 de março de 1965.

A participação do Governo do Estado do Ceará na CDC foi formalmente autorizada pela Lei Estadual nº 7.944, de 29 de março de 1965. Como desdobramento desse processo, a concessão do Porto de Fortaleza foi transferida do Governo do Estado para a Companhia Docas do Ceará em 19 de outubro de 1965, por meio do Decreto Federal nº 57.103.

Figura 4: Implantação da CDC em 1965.



Fonte: Companhia Docas do Ceará.

Em 9 de abril de 1965, foi assinada a escritura pública de constituição da sociedade de economia mista Companhia Docas do Ceará (CDC), conforme disposto na Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, combinada com o Decreto nº 54.046, de 23 de julho de 1964. A CDC foi criada com a finalidade de explorar industrial e comercialmente os portos do Estado do Ceará.

Posteriormente, com a publicação da Lei nº 6.222, de 10 de julho de 1975, que instituiu a Empresa de Portos do Brasil S.A. - PORTOBRÁS, empresa pública responsável pela

coordenação do sistema portuário nacional, a CDC tornou-se subsidiária da PORTOBRÁS, passando a ser regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Com a extinção da PORTOBRÁS em 1990, a Companhia Docas do Ceará passou a manter vínculo direto com o Ministério da Infraestrutura, pasta que, à época, agregava os ministérios dos Transportes e das Comunicações. Em 1995, com a reestruturação ministerial que restaurou a divisão anterior, a CDC foi vinculada diretamente ao Ministério dos Transportes.

Figura 5: Porto de Fortaleza.



Fonte: Companhia Docas do Ceará, 2020.

A aprovação da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, promoveu uma profunda transformação no ambiente institucional do setor portuário brasileiro. Essa mudança impactou significativamente as empresas docas, incluindo a Companhia Docas do Ceará (CDC), que passaram a se adequar ao processo de desestatização determinado pelo Governo Federal, resultando em modificações relevantes em suas estruturas organizacionais.

Em 2007, por meio da Medida Provisória nº 369 (posteriormente convertida na Lei nº 11.518), foi criada a Secretaria Especial de Portos (SEP) vinculada diretamente à Presidência da República. A SEP tem como missão assessorar o Presidente na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento do setor portuário marítimo, além de promover a execução e avaliação de programas e projetos para a infraestrutura portuária. Nesse contexto, a CDC passou a ser vinculada à SEP.

Ainda em 2007, a SEP instituiu o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, por meio da Lei nº 11.610, com o objetivo de investir mais de R\$ 1 bilhão em

obras de dragagem nos principais portos do país, solucionando um dos maiores entraves à eficiência do setor portuário brasileiro.

Em março de 2008, por meio do Decreto nº 6.413, o Governo Federal excluiu oito companhias docas, incluindo a do Ceará, do Programa Nacional de Desestatização (PND), encerrando especulações relativas à privatização do Porto do Mucuripe.

3 MISSÃO, VISÃO E VALORES



4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

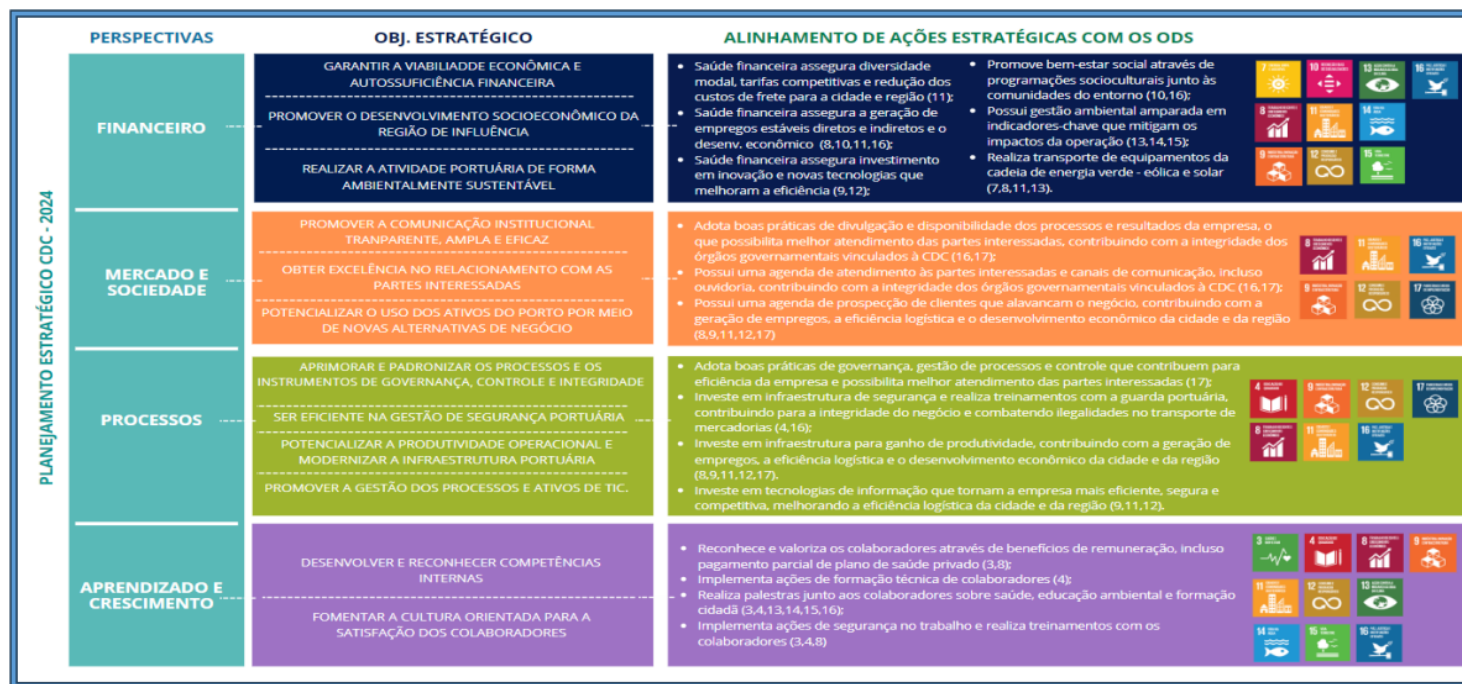
O presente Plano Estratégico tem como finalidade atender à previsão legal estabelecida pela Lei nº 13.303/2016, em seu artigo 1º, que determina que empresas públicas adotem práticas de governança e controle compatíveis com a relevância, materialidade e riscos inerentes aos negócios em que atuam. Nesse contexto, a elaboração deste planejamento estratégico constitui uma das principais ações para o cumprimento dessa exigência.

4.1 COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A estratégia da Companhia Docas do Ceará (CDC) foi desenvolvida em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A relevância dessa abordagem fica evidente na conexão entre os ODS, os objetivos estratégicos da empresa e as ações implementadas.

As práticas adotadas pela CDC, detalhadas neste relatório, contribuem diretamente para o progresso de 13 dos 17 ODS, conforme ilustrado no esquema a seguir:

Figura 6: Alinhamento das ações estratégicas com os ODS.



Fonte: Desenvolvido por DIRPRE/CODPLA (2024).

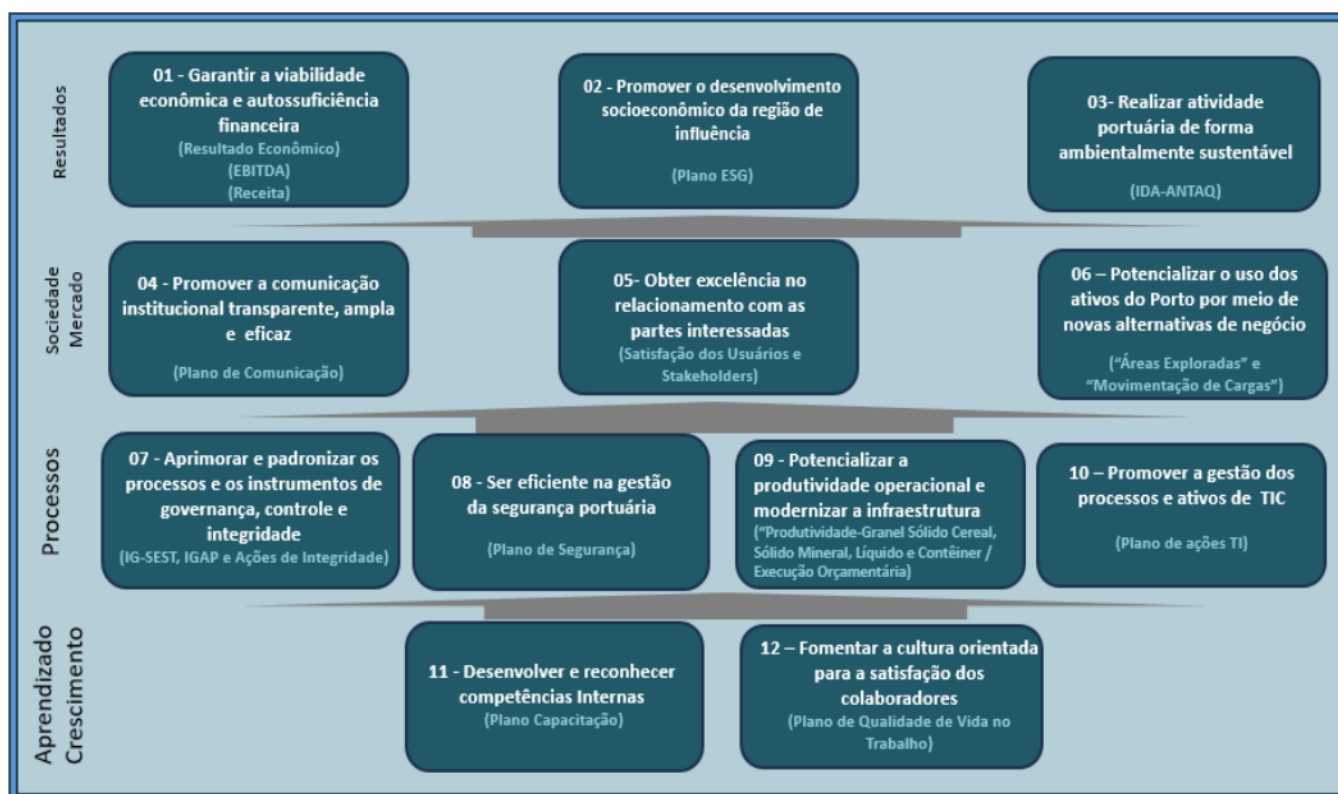
4.2 POLÍTICA AMBIENTAL

A Companhia Docas do Ceará, tendo como consciência ecológica, está comprometida com o desenvolvimento sustentável da região do Estado do Ceará e a área de sua influência, disponibilizando serviços portuários seguros, com compromisso na prevenção e combate à poluição, atendendo a legislação ambiental, sempre com a melhoria contínua em suas atividades, através da modernização de suas instalações, aprimoramento técnico de seus empregados e agregando valor aos seus serviços para seus acionistas e comunidade portuária.

4.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Com base no propósito estabelecido na missão e visão da Companhia Docas do Ceará, a execução da Gestão Estratégica estará apoiada nas diretrizes contidas no Mapa Estratégico **2025-2029**.

Figura 7: Mapa Estratégico



Fonte: Revisado por DIRPRE/CODPLA (2024).

Os objetivos estratégicos da CDC estão refletidos nos compromissos assumidos em sua política do Sistema de Gestão Integrada (qualidade, meio ambiente e responsabilidade social) e incluem:

Objetivo 3 – Realizar a atividade portuária de forma ambientalmente sustentável

- Implementar uma gestão ambiental efetiva, apoiada em indicadores-chave que possibilitem a mitigação dos impactos ambientais gerados pelas operações portuárias.

Objetivo 11 – Desenvolver e reconhecer competências internas:

- Promover palestras e capacitações para os colaboradores sobre temas como saúde, educação ambiental e formação cidadã;
- Implementar ações e treinamentos de segurança do trabalho, garantindo um ambiente laboral seguro e saudável.

Para a implementação e desenvolvimento dos mesmos, foram estabelecidas ações como:

- **Promover treinamento relacionado às operações de movimentação e armazenamento de contêineres com produtos perigosos.**
- **Programas de educação ambiental pelos terminais arrendados.**
- **Parcerias com Universidades**

5 PLANOS E PROGRAMAS

Os Planos e Programas previstos na Agenda Ambiental Institucional da Companhia Docas do Ceará (CDC) são direcionados à promoção da sustentabilidade ambiental no âmbito portuário e ao atendimento rigoroso da legislação ambiental aplicável às operações. Sempre que possível, também incorporam adesão aos programas ambientais governamentais.

A execução e o monitoramento desses programas são responsabilidades da Coordenadoria de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (CODSMS). Os resultados obtidos são sistematicamente apresentados e avaliados nas reuniões de análise crítica do sistema de gestão.

Quadro 2: Planos e Programas na CDC.

DESCRIÇÃO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Programa de Educação Ambiental – ProEA	Capacitação com os empregados e prestadores de serviço por meio de divulgação e campanhas informativas.
Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS	Controle e monitoramento da coleta e destinação dos resíduos sólidos e efluentes gerados pela administração, usuários e embarcações. Realização de Relatórios de Inspeção Portuária - RIP conjugando as ações de limpeza, organização e combate aos vetores na área dos portos.
Plano de controle e monitoramento da qualidade do ar e da água	Realização do controle da qualidade da água fornecida às embarcações e aos usuários do porto. Realização do monitoramento da qualidade do ar dos ambientes externos e internos dos locais de trabalho feito por empresa especializada.
Plano de monitoramento da fauna e da introdução de espécies invasoras	Realização do monitoramento da fauna feito com inspeção periódica das instalações, tendo como maior incidência a presença de pombos domésticos (<i>Columba livia</i>). Realização do monitoramento das espécies invasoras por empresa especializada.
Programa de Saúde do Trabalhador	Realização de atividades voltadas à medicina preventiva com divulgação de formas de combater os males do dia a dia, tais como: arboviroses, autismo, HIV-AIDS, saúde mental e câncer de mama e de próstata.
Plano de prevenção e controle de vetores (mosquitos, roedores, aves e outros)	Realização de desinsetização e desratização com combate aos roedores.
Plano de Intervenção e Combate à Dengue, Zika, Chikungunya.	Realização de ações de intervenção e combate à Dengue, Zika, Chikungunya com divulgação de cartazes e identificação de focos com retirada de pontos de acúmulo de água. As ações são compartilhadas com as visitas periódicas da equipe de vigilância sanitária municipal.

Programa de vacinação	A vacinação é incentivada junto aos empregados para buscarem o serviço nos postos de saúde do município, tendo em vista a programação de vacinação ser dependente da disponibilidade de vacinas nos postos.
Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO	O PCMSO é desenvolvido pela CODSMS juntamente com a Coordenadoria de Recursos Humanos da CDC. As ações envolvem a realização dos exames admissionais, demissionais e periódicos (ASO's) e campanhas de esclarecimento das doenças ocupacionais junto aos empregados.
Plano de Emergência Individual- PEI	O PEI está em fase de atualização e as ações de atendimento às emergências são executadas com apoio do Centro de Resposta a Emergências-CRE com apoio da Transpetro, operadora portuária na movimentação de grãos líquidos. O CRE conta com equipe 24 horas de prontidão, com especialização em atendimentos de emergências envolvendo derivados de petróleo no mar. O simulado de emergência foi realizado pela Transpetro com participação da CDC.
Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR	O PRG é mantido pela CDC e é implementado com apoio da CODSMS, onde realiza inspeções diárias do uso dos equipamentos de proteção individual dos empregados e trabalhadores de prestadoras de serviços, com apoio do OGMO junto aos trabalhadores avulsos. No período não foram registrados acidentes com óbito ou acidente com afastamento de empregados.
Plano de Auxílio Mútuo - PAM	Realização de reuniões do PAM do Porto de Fortaleza e do Complexo Industrial do Mucuripe com participação dos operadores portuários, arrendatários e OGMO, também, com o Corpo de Bombeiros e as empresas que constituem o Complexo Industrial do Mucuripe.
Plano de Controle de Emergências - PCE	Realização de simulados específicos de atendimento às emergências no porto, com compartilhamento junto aos operadores portuários e arrendatários. Dentre os simulados consta de abandono de área. Aliado a este plano são realizadas inspeções periódicas nos equipamentos de combate à incêndio junto à brigada da CDC.
Programa de treinamento e capacitação em segurança do trabalho	O programa de treinamento e capacitação em segurança do trabalho foi elaborado, somente com os membros da CIPA. A integração dos riscos inerentes às atividades portuárias são repassadas aos empregados e prestadores de serviços, através de informes e informações no site da CDC.
Acessibilidade nos Portos	Adequação dos acessos ao porto são implementadas, e outras estão em andamento pelas áreas responsáveis. O porto possui rotas de segurança (caminhos seguros).

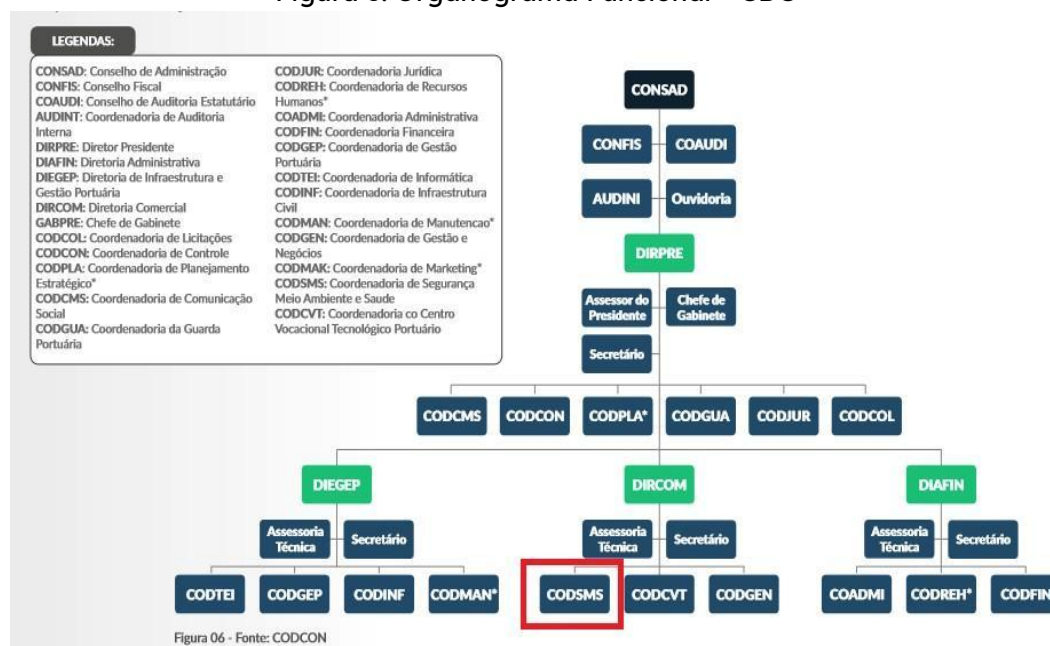
Fonte: Companhia Docas do Ceará.

6 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL SGA

6.1 Estrutura organizacional

Em 2011, a Companhia Docas do Ceará implementou uma nova estrutura organizacional, visando aprimorar a eficiência e a governança interna. O organograma funcional correspondente está apresentado na figura a seguir:

Figura 8: Organograma Funcional – CDC



Fonte: Companhia Docas do Ceará.

Compõem este organograma:

- Assembleia Geral dos Acionistas
- Conselho Fiscal e Secretaria do Conselho
- Coordenadoria de Auditoria Interna.
- Conselho de Administração e Secretaria do Conselho.
- Diretoria Executiva, Secretária da Diretoria.
- Diretoria Presidente - DIRPRE com o Diretor Presidente, Chefe de Gabinete e Assessor do Presidente, Assessoria Técnica e Secretária, Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Coordenadoria de Informática, Coordenadoria de Controle, Coordenadoria Jurídica com Assessoria de Contenciosa Assessoria de Licitações e Contratos e Assessoria Administrativa e Operacional, Coordenadoria do CVT Portuário, Coordenadoria da Guarda Portuária, Coordenadoria CCL, Coordenadoria de Comunicação Social.

- Diretoria de Infraestrutura e Gestão Portuária- DIEGEP - Assessoria Técnica, Secretária, Coordenadoria de Infraestrutura Civil, Coordenadoria de Manutenção Mecânica e Elétrica, Coordenadoria de Gestão Portuária.
- Diretoria Comercial - DIRCOM - com assessoria técnica, secretaria, coordenadoria de marketing, coordenadoria de gestão e negócios, e Coordenadoria de Segurança, Meio Ambiente e Saúde.
- Diretoria administrativa e financeira - DIAFIN com assessoria técnica, secretaria, coordenadoria de recursos humanos, coordenadoria administrativa e coordenadoria financeira.

Todas as competências e atribuições dos diversos órgãos que compõem a estrutura da Companhia Docas do Ceará estão detalhadas no Regimento Interno, disponível no Manual Clássico de Organização (MBO) da CDC, acessível no site docasdoceara.com.br.

O modelo de gestão da empresa é complementado pelo funcionamento do Conselho de Autoridade Portuária (CAP), órgão permanente e independente da estrutura administrativa da CDC. O CAP atua como um fórum que articula e integra quatro blocos distintos de partes interessadas no funcionamento do porto, promovendo o debate de ações administrativas, técnicas, operacionais e comerciais essenciais para a gestão eficiente e integrada do porto.

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) constitui-se como uma ferramenta fundamental para a integração das ações das diversas áreas da Companhia Docas do Ceará (CDC), promovendo uma abordagem sistêmica e colaborativa no tratamento das questões ambientais que envolvem as atividades portuárias.

Sua implantação e contínuo aperfeiçoamento proporcionam uma visão ampla, estruturada e transversal da sustentabilidade ambiental, garantindo que os processos operacionais e administrativos estejam alinhados às melhores práticas ambientais e às exigências legais vigentes.

A Alta Administração da CDC reafirma seu compromisso com a gestão responsável, assumindo o papel de liderança na promoção do fortalecimento do SGA e no estímulo à participação ativa dos empregados, de forma a assegurar o engajamento institucional necessário ao cumprimento das metas estratégicas corporativas com foco na sustentabilidade.

Figura 9: Núcleo do Setor de Segurança do Trabalho, Meio Ambiente e Saúde.



Fonte: CODSMS, 2025.

7 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A Companhia Docas do Ceará é detentora da Licença de Operação (LO) nº 82/2023 – DICOP, emitida pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, com validade até 26 de junho de 2027. Fundamentada no Parecer Técnico nº 592/2023 – DICOP/GECON, a licença autoriza a operacionalização das atividades administrativas e portuárias do Porto de Fortaleza, abrangendo o Terminal Marítimo de Passageiros e o pátio de armazenamento de contêineres, localizados na Praça Amigos da Marinha, s/n, bairro Cais do Porto, Fortaleza/CE.

8 ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL IDA

O Índice de Desempenho Ambiental (IDA) representa a principal ferramenta de avaliação da gestão ambiental aplicada às instalações portuárias brasileiras. Desenvolvido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), o IDA visa mensurar a efetividade das práticas ambientais implementadas pelos portos organizados

e instalações autorizadas, promovendo a melhoria contínua da gestão socioambiental no setor.

Sua estrutura contempla um conjunto de 38 indicadores, distribuídos em diferentes dimensões analíticas, que permitem uma avaliação abrangente da atuação ambiental portuária. Esses indicadores englobam aspectos:

- Econômico-operacionais – relacionados à eficiência no uso de recursos e investimentos em sustentabilidade;
- Socioculturais – voltados à inclusão, à comunicação com partes interessadas e à promoção de educação ambiental;
- Físico-químicos – associados ao controle e monitoramento de poluentes em meios como água, solo e ar;
- Biológico-ecológicos – que avaliam impactos sobre ecossistemas e a biodiversidade local.

Ao analisar essas variáveis, o IDA não apenas verifica o cumprimento das obrigações legais, mas também incentiva a adoção de boas práticas ambientais, fomentando um modelo de desenvolvimento sustentável para o setor portuário brasileiro.

Quadro 3: Valores do IDA dos anos 2015 a 2022.

Tipo de Instalação:	Porto
Nome da Instalação:	Fortaleza
Avaliação	IDA
2015.2	80,54
2016.1	82,00
2017	83,91
2018	78,38
2019	70,56
2020	79,94
2021	88,53
2022	83,04
2023	88,69

Fonte: ANTAQ, 2024.

9 ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS

A identificação e o controle dos aspectos e impactos ambientais constituem pilares fundamentais do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Companhia Docas do Ceará (CDC).

No contexto da CDC, os aspectos ambientais referem-se aos elementos das suas atividades, produtos ou serviços que podem interagir com o meio ambiente, como o consumo de energia, o uso de água, a geração de resíduos sólidos e líquidos, as emissões atmosféricas e os potenciais riscos de vazamentos de substâncias perigosas.

Os impactos ambientais, por sua vez, são as alterações no meio ambiente decorrentes desses aspectos, podendo ser negativos ou positivos, e variar em intensidade, frequência e abrangência. Entre os impactos negativos possíveis estão a contaminação do solo e da água, a poluição atmosférica, o esgotamento de recursos naturais e os efeitos sobre a biodiversidade e a saúde das comunidades no entorno portuário.

A CDC realiza regularmente o levantamento e a avaliação de seus aspectos e impactos ambientais como parte integrante do seu processo de gestão e pelos requisitos legais estabelecidos na Licença de Operação nº 82/2023 – DICOP, emitida pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE.

As principais atividades operacionais do Porto de Fortaleza envolvem o recebimento, armazenamento e movimentação de cargas, bem como o atendimento a embarcações no Terminal Marítimo de Passageiros. Essas operações apresentam aspectos ambientais relevantes que demandam monitoramento e controle contínuos, tais como:

- Geração e gerenciamento de resíduos sólidos;
- Consumo de energia elétrica e recursos hídricos;
- Emissões atmosféricas oriundas da movimentação de cargas e veículos;
- Riscos associados a vazamentos de óleo e produtos químicos;
- Ruídos e vibrações nas áreas operacionais.

Com o objetivo de mitigar os potenciais impactos negativos e fortalecer a conformidade ambiental, a CDC desenvolve e implementa programas e ações ambientais constantes na Agenda Ambiental Institucional, alinhados às exigências da Licença de Operação e aos critérios do Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da ANTAQ.

O conjunto de medidas permite à CDC atuar de forma preventiva e estratégica, promovendo a sustentabilidade das suas operações e contribuindo para a preservação do ecossistema costeiro onde o Porto de Fortaleza está inserido.